



UNIVERSIDADE  
E D U A R D O  
MONDLANE

**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**Projecto de Fim do Curso**

**CONTRIBUTO DA REGULARIZAÇÃO MASSIVA DE TERRA NO REFORÇO DA  
SEGURANÇA DE POSSE NO DISTRITO DE MOAMBA  
CASO DO POVOADO DE CHAVANE NO POSTO ADMINISTRATIVO DE SÁBIÈ.**

**Ana Manuel Zandamela**

**Supervisor:** dr. Francisco Taucale

Maputo, Março de 2024

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**CONTRIBUTO DA REGULARIZAÇÃO MASSIVA DE TERRA NO REFORÇO DA  
SEGURANÇA DE POSSE NO DISTRITO DE MOAMBA  
CASO DO POVOADO DE CHAVANE NO POSTO ADMINISTRATIVO DE SÁBIÈ.**

Projecto apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de  
Licenciatura em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane.

**Ana Manuel Zandamela**

**Supervisor:** dr. Francisco Taucale

<b>O Júri</b>			<b>Data</b>
<b>O/A presidente</b>	<b>O supervisor</b>	<b>O/A oponente</b>	____/____/2024
_____	_____	_____	

## **DECLARAÇÃO DE HONRA**

Declaro por minha honra que este projecto nunca foi antes apresentado, na essência, para obtenção de qualquer grau, e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

.....

Ana Manuel Zandamela

## **AGRADECIMENTOS**

Á Deus Pai, pelo seu amor eterno e incondicional para comigo, por ter me mantido na trilha certa durante este Projeto de pesquisa com saúde e força até chegar ao final;

A amada família Zandamela e amigos, pelo suporte contínuo e incondicional. E em particular, aos meus Pais Biológicos e Espirituais pelo companheirismo afável e presente;

Sem me esquecer de agradecer em especial o meu orientador pelo incentivo e pela dedicação do seu escasso tempo ao meu projeto de pesquisa.

Também quero agradecer a Universidade Eduardo Mondlane, em especial a Faculdade de Letras e Ciências Sociais, e a todos professores do meu curso pela elevada qualidade do ensino oferecido.

E por fim vai o meu agradecimento especial ao Meu Noivo Yuri e ao meu filho Hur, pelo excelente contributo e por compreenderem as várias horas em que estive ausente neste percurso, e pelo apoio incondicional.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CENACARTA	Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção
°C	Grau Centígrado
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
INE	Instituto Nacional de Estatística
Km <sup>2</sup>	Quilómetro Quadrado
MAE	Ministério da Administração Estatal
ORAM	Associação Rural de Ajuda Mútua
SDPI	Serviço Distrital de Planificação e Infra-estruturas
UEM	Universidade Eduardo Mondlane

## ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA .....	i
AGRADECIMENTOS .....	ii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	iii
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
<b>1.1 Contexto .....</b>	<b>1</b>
<b>1.2 Problema .....</b>	<b>2</b>
<b>1.3 Objectivos.....</b>	<b>4</b>
Geral:.....	4
Específicos:.....	4
<b>1.4 Justificativa .....</b>	<b>4</b>
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA .....	7
<b>2.1. Regularização de terra.....</b>	<b>7</b>
<b>2.2. Posse de Terra.....</b>	<b>7</b>
<b>2.3. Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT).....</b>	<b>8</b>
2.3.1. Documentos necessários no processo de aquisição do DUAT .....	9
<b>2.4. Comunidade Local .....</b>	<b>10</b>
CAPÍTULO III: CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-GEOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA DA ÁREA DE ESTUDO ...	11
<b>3.1. Enquadramento Geográfico do povoado de Chavane .....</b>	<b>11</b>
<b>3.2. Caracterização físico-geográfica.....</b>	<b>12</b>
<b>Geologia e geomorfologia .....</b>	<b>12</b>
Relevo e Hidrografia.....	14
Clima .....	14
Cobertura Vegetal.....	15
<b>Solos do povoado de Chavane .....</b>	<b>16</b>
<b>3.3. Caracterização Socio-Económica.....</b>	<b>16</b>
3.3.1. População.....	16

<b>3.3.2. Rede de Transporte</b> .....	17
<b>CAPÍTULO IV: METODOLOGIA</b> .....	18
4.1. Etapas da realização do trabalho .....	18
População e Amostra .....	20
Métodos de Coleta de Dados.....	20
Indicadores de Segurança de Posse .....	22
Análise de Dados.....	23
<b>CAPÍTULO V: CRONOGRAMA DE ACTIVIDADES E RECURSOS</b> .....	24
5.1. Cronograma de actividades .....	24
5.2. Recursos.....	25
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
<b>ANEXOS</b> .....	30

## **Lista de Figuras**

Figura 1 - Mapa de localização do povoado de Chavane no Posto Administrativo de Sábiè, distrito de Moamba. ....	12
Figura 2 - Mapa de geologia povoado de Chavane.....	13
Figura 3 - Mapa de relevo e hidrografia .....	14
Figura 4 - Cobertura Vegetal do distrito de Moamba .....	15
Figura 5 - Mapa de solos do povoado de Chavane .....	16
Figura 6 Fluxograma Metodológico .....	18

## **Lista de Tabelas**

Tabela 2. As actividades por realizar .....	24
Tabela 3. Orçamento .....	25



# CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

## 1.1 Contexto

A terra é um recurso importante de qualquer país, constituindo elemento fundamental para a estabilidade social e para a soberania do país (MANDAMULE, 2016).

De acordo com FRANCISCO (2012), Moçambique tem enfrentado sérios problemas de conflitos de terra, que resultam do movimento da demanda de terra nas zonas rurais, motivado pelos projectos de desenvolvimento realizados pelo governo e empresas privadas, pela rápida urbanização e também pelo crescimento populacional.

E neste caso, no distrito de Moamba não é diferente pois os conflitos de terra são uma realidade, constituem um fenómeno social que ocorre sempre, acima de tudo, constituem um problema social (MAE, 2014). Nos órgãos de informação, são reportados problemas de conflitos de terra que têm vindo aumentar devido ao aumento de número de pessoas, e empresários (farmeiros) que procuram por terra no distrito.

Nesta perspectiva, a questão da regularização de terra assume especial importância em Moçambique, cuja estruturação social, ainda, se caracteriza pela iniquidade socioeconómica e por impactos ambientais provenientes das ocupações irregulares e potencialmente conflituosas no campo e nas cidades (REIS & OLIVEIRA, 2017).

Dos 80 milhões de hectares de terra em Moçambique, apenas cerca de 7 milhões estão delimitados, maior parte dos quais ocupados pelas comunidades rurais e outros pelas companhias privadas (DNTEF, 2011). Segundo a Associação Rural de Ajuda Mútua – ORAM (2012) o processo registo de terras tem-se mostrado eficiente e promissor na garantia da segurança e posse de terra para as comunidades rurais, promovendo o desenvolvimento das comunidades locais. NORTON (2004:133) citado por MAGALHÃES (2012:26), argumenta que: *“a segurança de posse de terras é uma forma da sociedade reconhecer os direitos de*

*uso da terra do utilizador, existindo ainda mecanismos legais e outros institucionais para defender a sua reivindicação sem correr a custos indirectos. A existência ou a combinação destes mecanismos pode levar a diferentes tipos de “segurança” que podem ter impactos diferentes na produção agrícola da população rural”.*

Deste modo surge o presente projecto de pesquisa que visa compreender o impacto da regularização massiva de terra no reforço de segurança de posse no distrito de Moamba, caso do Povoado de Chavane, no Posto Administrativo de Sábiè no âmbito do projecto MozLand (Terra Segura). Projecto do governo moçambicano financiado pelo Banco Mundial através da Associação Internacional para o Desenvolvimento, cuja meta é de regularizar dois milhões (2 000 000) de DUATs e delimitar mil e duzentas (1 200) áreas ocupadas pelas comunidades locais em setenta e um (71) distritos seleccionados, em todo o país, projecto este que abrangeu o distrito de Moamba na sua primeira fase.

O presente projecto de pesquisa é composto por cinco capítulos, nomeadamente, o capítulo referente a introdução, que apresentar-se-á o contexto, problema, os objectivos e a justificativa. O segundo capítulo versa sobre o enquadramento teórico e conceptual. No terceiro capítulo, serão caracterizadas as características físico-naturais e socioeconómicas da área de estudo. O quarto capítulo apresentar-se-á a metodologia que será adoptada para o presente trabalho e, por fim, apresentado o cronograma de actividades, orçamento e as referências bibliográficas.

## **1.2 Problema**

A terra é um recurso imprescindível para qualquer ser humano. Entretanto, a sua posse levanta questões e conflitos que, pela sua natureza, têm sido objecto de análise por académicos e sociedade civil em geral. E pela sua importância, a terra constitui um dos principais recursos para a sobrevivência de vários países e população que depende dela para

realizar a produção para o seu sustento e desenvolvimento económico. Assim sendo para a sua Administração, acesso, posse, uso e controlo é imprescindível que se tenha um sistema jurídico devidamente estruturado e que tenha em consideração uma gestão racional deste importante recurso natural (ALFREDO, 2009).

A gestão da terra é desde a independência um assunto que vem despertando muita preocupação das entidades governamentais a todos os níveis (central e local), assim como para a sociedade como um todo (ZANDAMELA, 2015). Por se tratar de um recurso base ou fundamental para constituição de qualquer riqueza, a procura por este recurso por vários segmentos da sociedade tem crescido muito (FELÍCIO & FERNANDES, 2007).

No distrito de Moamba, no que concerne aos conflitos de terra, foram relatados diversos, entre comunidades vizinhas, entre residentes, assim como, com investidores, principalmente farmeiros, que por vias não muito claras adquirem (usurpam) terras pertencentes as comunidades.

Observa-se no povoado de Chavane no Posto Administrativo de Sábiè, assim como em outros pontos do distrito de Moamba, uma demanda por terra para fins de habitação e investimentos (principalmente agrícola e pecuário).

Segundo observações no âmbito da realização do projecto, constatou-se que antes da implantação do projecto MozLand-Terra Segura quase a totalidade da população não tinha a posse de terra regularizada e parte da população perdeu a posse de suas terras para farmeiros, que por meios que a comunidade não tinha conhecimento apresentava títulos de DUAT.

Assim ao se reflectir na questão da procura de terras para habitação, agricultura e pecuária, que tem originado vários conflitos de terra, surge a seguinte questão de partida: *até que ponto a regularização de terra pode contribuir no aumento de segurança de posse de terra na comunidade do povoado de Chavane no Posto Administrativo de Sábiè?*

### **1.3 Objectivos**

#### **Geral:**

- ✓ Analisar o contributo do projecto de regularização de terra (Mozland - Terra Segura) no aumento da segurança de posse no povoado de Chavane.

#### **Específicos:**

- ✓ Identificar estratégias comunitárias para melhorar a segurança de posse de terras e resolução de conflitos;
- ✓ Descrever os conflitos de terra que ocorrem no povoado de Chavane e as suas razões;
- ✓ Discriminar as percepções dos moradores do povoado de Chavane sobre o efeito da regularização de terra na garantia da segurança de posse de terra.

### **1.4 Justificativa**

O facto de os conflitos de terra serem um fenómeno que se verifica em quase todos os cantos do país e, em diferentes escalas justifica em parte o interesse por esta temática. E por sua vez, este assunto tem vindo a ser alvo de debate, a nível das localidades, dos distritos, dos municípios em que são reportados, quase todos os dias nos órgãos de informação, conflitos que envolvem Instituições Estatais e as Comunidades, Sector Empresarial e as Comunidades, até indivíduos dentro das comunidades. O que não é diferente no Povoado de Chavane, onde foi implementado um projecto de regularização massiva de DUATs, que tem como objectivo principal a regularização de terras, comunitárias e de singulares, com o objectivo de não só regularizar, mas também reduzir os conflitos de terra, entre empresas que operam no distrito e as comunidades locais, assim como casos de conflitos relacionados com a violação dos limites das áreas de uns e de outros.

A regularização de terra torna-se necessária, útil e adequada nas hipóteses em que a ilegalidade da propriedade ou da posse apresenta-se como problema com potencialidade para gerar grandes conflitos, podendo colocar em risco o património de certas camadas sociais menos favorecidas. Tanto por questões de melhoria da produtividade agro-pecuária (no âmbito rural) quanto por razões ambientais ou de equidade social (nos dois casos, urbana e rural), a regularização de terra revela-se como elemento importante para o desenvolvimento sustentável, que deve conciliar o uso produtivo da propriedade (geração de riqueza), promover a equidade social e assegurar a protecção do meio ambiente (REIS & OLIVEIRA, 2017).

Ainda por a terra possuir grande valor e a ocupação de terra poder ocasionar conflitos, sendo importante que o governo tome medidas para evitar conflitos e promover na comunidade projectos que visam desenvolver o rural e eliminar as diferenças com o urbano (NEGRÃO, 1998). A terra possui um alto valor social e económico, na medida em que desta dependem muitas das actividades de geração de renda das comunidades e também constitui um recurso de afirmação cultural, na medida em que para a comunidade rural africana, a terra é considerada como sendo uma dádiva e, como tal, um bem sagrado e que não pode ser alienado (ALFREDO, 2009).

Nesta senda, o tema ganha relevância e pertinência como objecto do estudo no domínio socioeconómico, político e científico, tendo em conta que este permitirá perceber a influência do registo de terra na redução de conflitos de terra assim como evidenciar a importância do registo de terra como uma defesa contra a usurpação de terra, que se verifica em quase todo o país.

No domínio político este tema ganha relevância dado que a terra está incluída dentro da política nacional cujo objectivo é torná-la um instrumento através do qual é possível

recuperar a produção de alimentos e garantir a segurança alimentar, assim como, criar as condições para que a agricultura do sector familiar se desenvolva e cresça.

No domínio socioeconómico o tema mostra-se de capital importância na medida em que a terra tem valor económico e social. Para além disso, falar sobre os problemas de acesso á terra é falar de um tema actual de grande importância em qualquer sociedade, dado a terra ser um recurso fundamental para a sobrevivência da maioria da população, para o desenvolvimento e para a sua actividade económica.

Deste modo, o projecto de estudo tem em vista contribuir mostrando-se de grande valia para a compreensão deste fenómeno, por meio da análise do contributo de regulamentação de terra para o reforço da segurança da posse de terra.

## **CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA**

Sendo o foco deste trabalho discutir a contribuição da regularização massiva de terra no aumento de segurança de posse, este capítulo tem como propósito fazer referência aos conceitos, e às diferentes abordagens sobre o tema.

### **2.1. Regularização de terra**

De acordo com REIS & OLIVEIRA (2017), pode-se dizer que a regularização de terra é o processo realizado pelo Estado, para legalizar a propriedade e a posse de assentamentos e integrá-los ao contexto jurídico e à infra-estrutura urbana ou rural, por meio de medidas jurídicas e de políticas públicas com alcance social, económico e ambiental.

Para PAIVA (2014), a regularização de terra consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

### **2.2. Posse de Terra**

A Comissão Económica para a África (2003) citado por SIMANGO (2018), define a posse da terra como os termos e condições sob as quais a terra é mantida, usada e transaccionada e a maneira pela qual seus benefícios são distribuídos.

De acordo com NEGRÃO & ORAM (1999), a Posse de Terra, significa os termos e condições sobre os quais se ocupa a terra, os direitos e obrigações do seu detentor. E o acesso a terra, a possibilidade de utiliza-la como um recurso, aberta ou restritamente. Quando o acesso é aberto o seu uso e controlo é feito sem quaisquer limitações e/ou restrições. No acesso restrito o seu uso e controlo é pertença única e exclusivamente a uma pessoa singular, associação, corporação ou comunidade (NEGRÃO & ORAM, 1999).

As formas de acesso à terra previstas na Lei nº19/97 de 01 de Outubro são:

- ✓ Por ocupação de boa-fé;
- ✓ Por normas e práticas costumeiras;
- ✓ Por herança;
- ✓ Por via de transacções de benfeitorias, construções e infra-estruturas;
- ✓ Por meio de um pedido dirigido a entidade competente.

A segurança de posse da terra corresponde ao conjunto de regras e normas (formais e informais) que regulam o acesso, uso e gestão da terra, e que atribuem a quem a explora direitos sobre o seu uso e ocupação, bem como autonomia de produção e comercialização, independentemente da fonte (Estado ou tradição) de que emanam tais normas (DIOP, 2007 *citado por* SIMANGO, 2018). A segurança da posse aumenta a probabilidade de os agricultores capturarem seus investimentos e também reduzir as chances de conflitos relacionados aos recursos. Os direitos de propriedade também fornecem incentivos para proteger um recurso contra invasão ou exploração excessiva (SIMANGO, 2018).

### **2.3. Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT)**

Direito de Uso e Aproveitamento da Terra é o direito que as pessoas singulares ou colectivas e as comunidades locais adquirem sobre a terra, com as exigências e limitações da Lei de Terras (TANNER, 2011).

O uso e aproveitamento de terra, exceto no nível autárquico, são definidos com base na Lei de Terras nº 19/97. A lei impõe como requisito fundamental para a atribuição do DUAT, mediante pedido de autorização, a realização de consulta comunitária. Com efeito, o artigo 13/3 da Lei de Terras estabelece que “o processo de titulação do DUAT inclui o parecer das autoridades administrativas locais, precedida de consulta às comunidades, para efeitos de confirmação de que a área está livre e não tem ocupante”. A alínea e, do artigo 24 do Regulamento da Lei de Terras (RLT), estabelece que o processo relativo ao DUAT adquirido



ao abrigo de autorização conterà parecer do Administrador do Distrito, precedido de consulta à comunidade local.

Neste quadro, podemos constatar que a consulta à comunidade é um dos procedimentos mais importantes que antecedem a decisão positiva ou não, de atribuição do DUAT. Representa um dos procedimentos administrativo. Não o único, mas que deve ser respeitado para a atribuição válida do DUAT. Legalmente, é determinante para aprovação e dentro das condições de validade dos atos administrativos é um requisito de procedimento essencial, pois visa dentre outras, confirmar ou não, se a área pretendida é livre e não tem ocupante.

Para TANNER (2011), a Lei de Terras fornece uma estrutura para proteger os direitos de acesso e aproveitamento da terra comunal. Um DUAT, ou direito de terra oficialmente reconhecido, pode ser adquirido de três maneiras:

1. Ocupação por pessoas singulares e comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a Constituição;
2. Ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa-fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos; e
3. Autorização do pedido apresentado por pessoas singulares ou colectivas na forma estabelecida na Lei de Terras.

Os DUAT's são autorizados provisória e definitivamente (TANNER, 2011).

### **2.3.1. Documentos necessários no processo de aquisição do DUAT**

Nos termos da legislação de Terras os documentos necessários no processo de aquisição do DUAT são:

1. Documento de identificação do requerente se for pessoa singular, e Estatutos, no caso de se tratar de pessoa colectiva;
2. Esboço da localização do terreno;

3. Memória descritiva;
4. Indicação da natureza e dimensão do empreendimento que o requerente se propõe a realizar;
5. Parecer do administrador do distrito, precedido de consulta à comunidade local;
6. Edital e comprovativo da sua fixação na sede do respectivo distrito e no próprio local, durante um período de trinta dias;
7. Guia comprovativa de depósito para pagamento da taxa de autorização provisória.

Quando a terra se destina ao exercício de actividade económica, para além dos documentos referidos acima, o processo conterà ainda o plano de exploração e parecer técnico sobre o mesmo, emitido pelos serviços que superintendem a respectiva actividade económica.

Importa referir que toda a documentação é entregue em triplicado, excepto as guias comprovativas de depósito para pagamento da taxa de autorização provisória, as quais são entregues em quadruplicado.

No caso da regularização massiva, o requerente deve juntar a seguinte documentação:

1. Cópia autenticada do B.I., ou cartão de eleitor, ou passaporte;
2. Número único de identificação tributária (NUIT);
3. Senha de Imposto Pessoal Autárquico (IPA) actualizado;
4. Declaração do Secretário do Bairro ou Círculo; e
5. Requerimento de pedido de regularização (CAPAINA, 2021).

## **2.4. Comunidade Local**

Segundo MAIELA (2013:8), Comunidade Local

“é o agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção das áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão (MAIELA, 2013:8).”

Na perspectiva de ROGÉRIO (2016) comunidade local é uma população humana duradoura e organizada que integra um espaço de proximidade. Tipicamente, os indivíduos que constituem partilham múltiplos laços, são parentes, amigos ou simplesmente conhecidos; compram e vendem entre si, encontram-se nos mesmos lugares, tem referências comuns.

As opiniões dos autores com relação a definição da comunidade local relacionam-se, pois comunidade local assenta-se na existência de uma população, residente num território, com laços de vizinhança ou de pertença e imanados pela história cultural que se organiza ou é organizada com vista a encontrar soluções para a resolução dos problemas comuns e satisfação das necessidades colectivas.

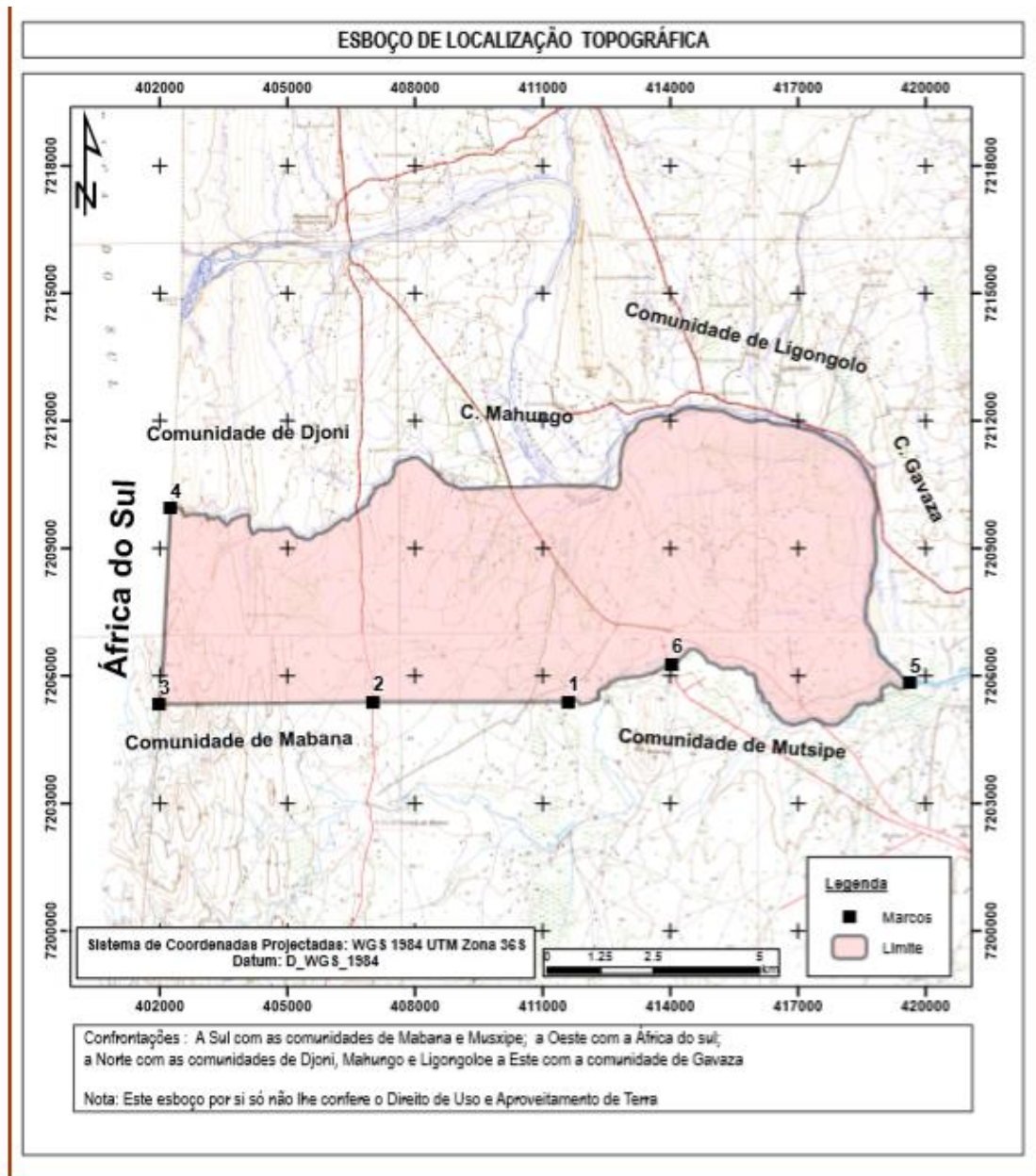
### **CAPÍTULO III: CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-GEOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA DA ÁREA DE ESTUDO**

Esta secção do projecto de pesquisa apresenta em linhas gerais as características físico-geográficas e socio-ecónomicas do povoado de Chavane no Posto Administrativo de Sábíè, distrito de Moamba, destacando os principais pontos: localização da área de estudo; geologia; relevo; hidrografia; clima; distribuição dos solos; crescimento da população, assentamentos humanos e rede de transporte.

#### **3.1. Enquadramento Geográfico do povoado de Chavane**

A comunidade de Chavane, situada entre as latitudes 25°12'00" S e 25°16'30" S e as longitudes 32°1'30" E e 32°12'30" E, localiza-se no posto administrativo de Sábíè, distrito de Moamba, limitada pelas comunidades de Mutsipe e Mabana a Sul, a Norte pelas comunidades de Djoni, Mahungo e Ligongolo, a Este a comunidade é limitada pela comunidade de Gavaza e a Oeste faz limite com a vizinha África do Sul (figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização do povoado de Chavane no Posto Administrativo de Sábiè, distrito de Moamba.



Fonte: Terra Vital Sociedade Unipessoal Lda- Projecto Mozland (Terra Segura)

### 3.2. Caracterização físico-geográfica

#### Geologia e geomorfologia

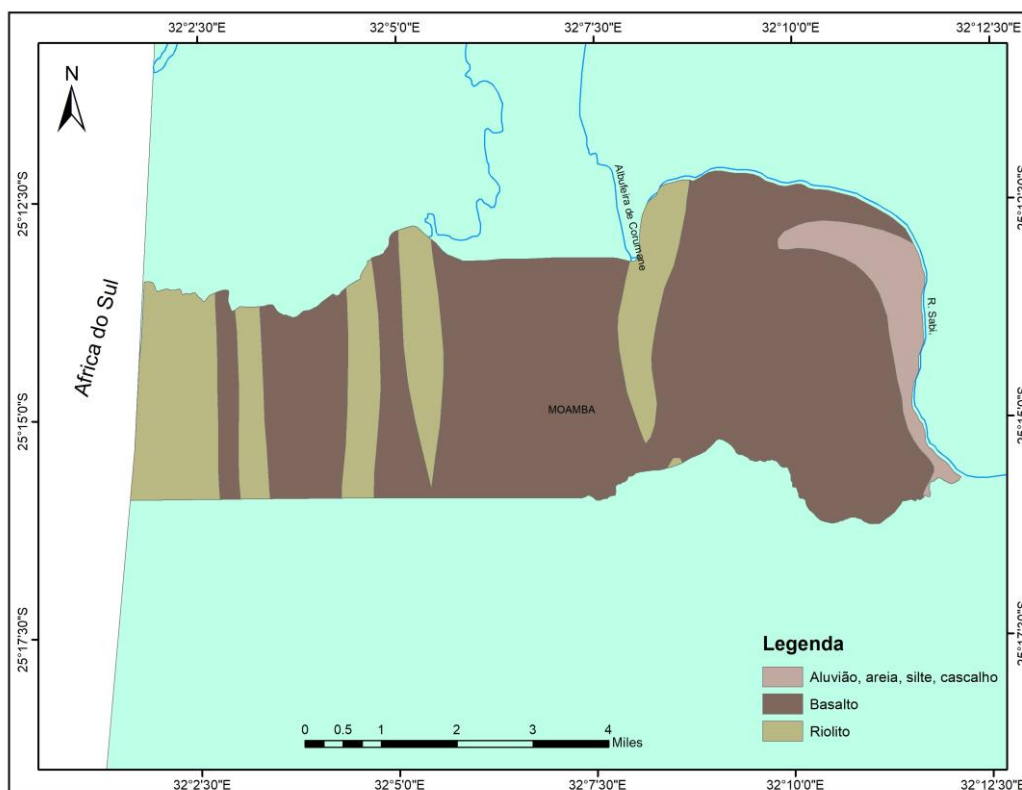
O mapa da figura 2, mostra a distribuição dos tipos de rochas disponíveis no povoado de Chavane, sendo que a oeste do distrito há ocorrência de riólito e na faixa central verifica-se a ocorrência de basalto, há ainda registo de ocorrência de aluviões, areia, areia, silte e cascalho a Este do povoado.

No povoado de são verificadas formações geológica que datam da sedimentação do Karroo, que começou na Swazilândia e *Transvaal Lowveld* com fragmentação da Gondwanalândia. A formação de Karroo é representada por enormes bacias com uma sequência geológica bem caracterizada por fosséis e bacias irregulares (MAE, 2014).

No quaternário formou-se uma faixa relativamente estreita ao longo da fronteira com a República da África do Sul. Corresponde a litologia das rochas de origem vulcânica, do sistema de Karro a série Stomberg (MAE, 2014).

O cretáceo é constituído essencialmente por conglomerados de grés, xistos argilosos e calcários compactos. O terciário é constituído fundamentalmente por uma coroa de basalto, que se estende do Incomáti, na Moamba, até depois do cruzamento coma linha férrea de Goba, com algumas áreas reduzidas no interior do distrito (IBIDEM, 2014).

Figura 2 - Mapa de geologia povoado de Chavane

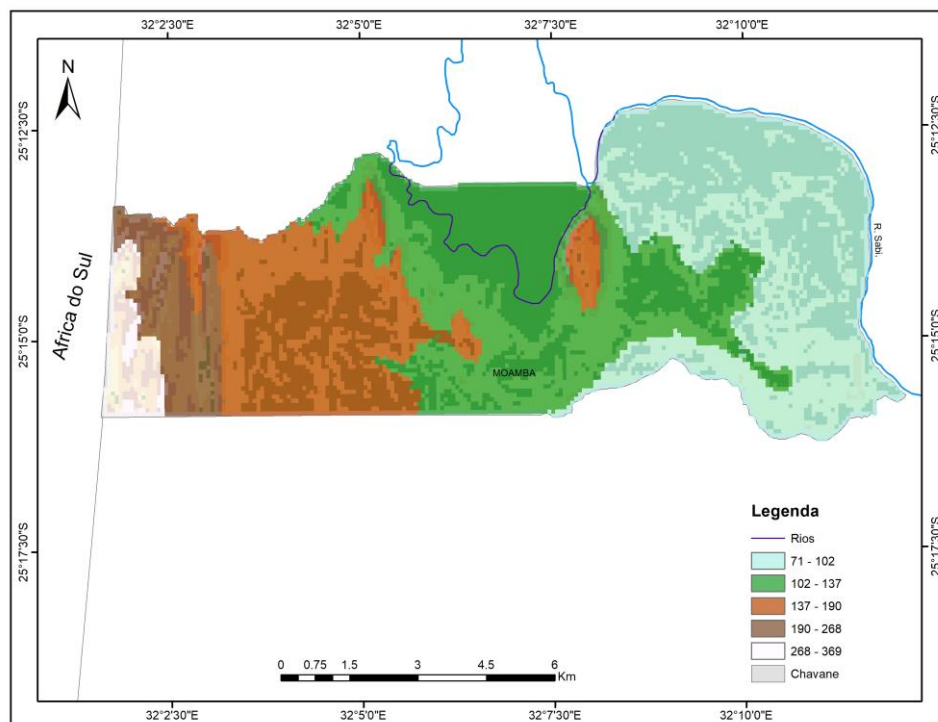


Fonte: Adaptado a partir da base de dados do CENACARTA, 2023

## Relevo e Hidrografia

Sob ponto de vista de relevo, possui planícies situadas, maioritariamente, a cotas inferiores a 100m, sendo o monte Corumana, o ponto mais alto com 275m de altitude (MAE, 2014). O povoado é limitado a Nordeste pelo rio Sabié que é um afluente do rio Incomáti, encontra-se também neste povoado a Albufeira de Corumana, que é alimentada pelo rio Sabié (figura 3). O regime deste rio é periódico com alimentação essencialmente pluvial, originando um caudal elevado na época das chuvas no período de Dezembro a Abril.

Figura 3 - Mapa de relevo e hidrografia



Fonte: Adaptado a partir da base de dados do CENACARTA, 2023

## Clima

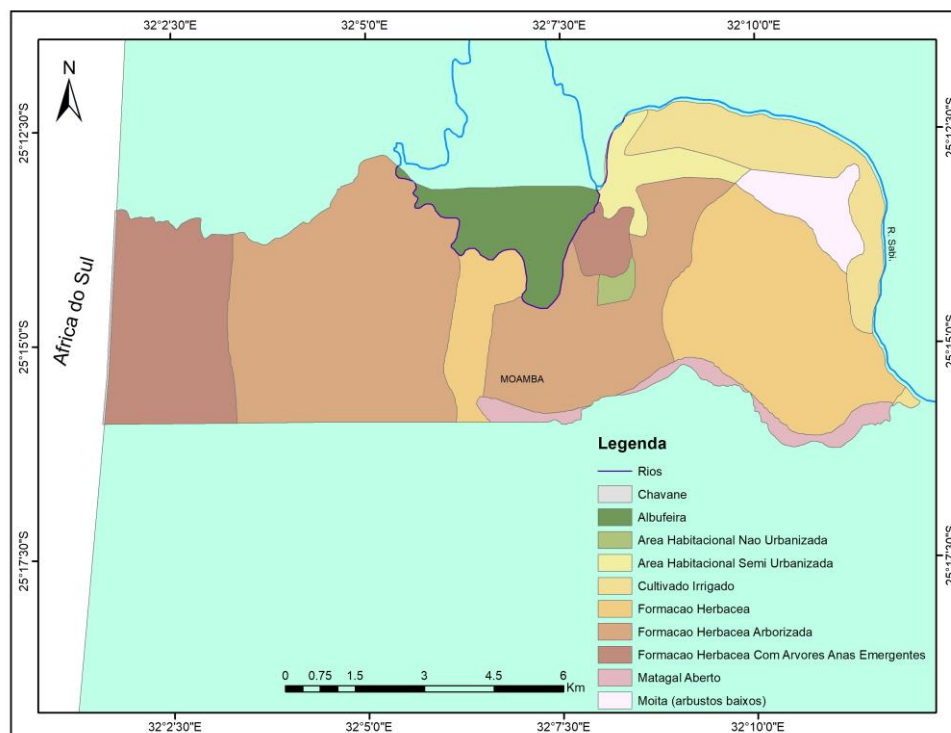
A área de estudo, é dominado pelo clima BS clima seco de estepe (segundo a classificação de Koppen), com uma temperatura média anual entre 23° e 24° C, e humidade relativa chega aos 77% (MAE, 2014).

A pluviosidade média é de 571 mm com ocorrência entre Dezembro a Fevereiro. A evapotranspiração potencial média anual é elevada abaixo de 1.500 mm (IBIDEM, 2014).

### Cobertura Vegetal

Os tipos de cobertura vegetais predominantes no distrito da Moamba são: formação herbácea arborizada com árvores anãs emergentes localizados em áreas de elevadas altitudes a oeste do distrito próximo a fronteira com RSA, os arbustos baixos que se localizam no sul do distrito. Encontram-se ainda áreas com formação herbácea no sul e norte e formação herbácea arborizada a oeste e norte do distrito. Predominam áreas ocupadas pela agricultura com cultivo irrigado próximo a margens dos rios (figura 4).

Figura 4 - Cobertura Vegetal do distrito de Moamba

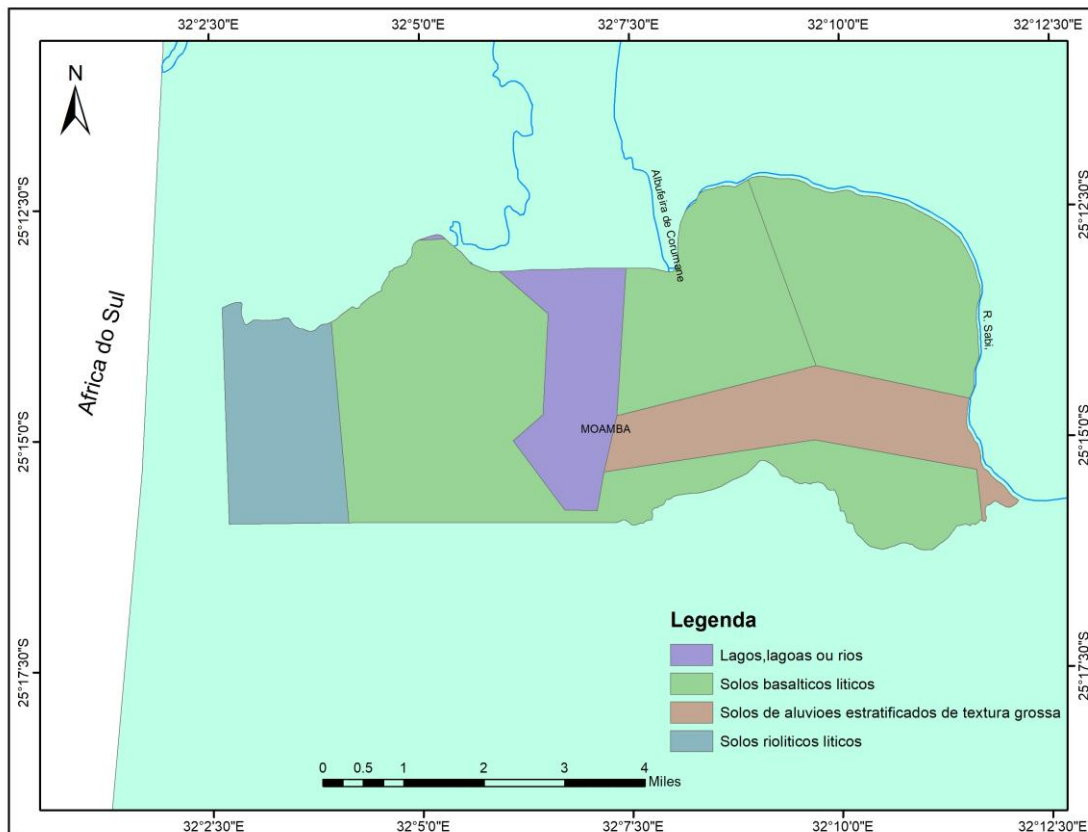


Fonte: Adaptado a partir da base de dados do CENACARTA, 2023

## Solos do povoado de Chavane

No povoado de Chavane há predominância de solos riolíticos líticos nas áreas de altitude elevada a Oeste, solos basálticos líticos e solos de aluviões estratificados de textura grossa (vide a figura 5).

Figura 5 - Mapa de solos do povoado de Chavane



Fonte: Adaptado a partir da base de dados do CENACARTA, 2023

### 3.3. Caracterização Socio-Económica

#### 3.3.1. População

O Povoado de Chavane, localizado na localidade de Sabié, distrito de Moamba, possui uma população de 1028 habitantes, 509 agregados familiares. A população é de linhagem patrilinial, tem o changana como a língua materna mais falada, para a sua subsistência, a maior parte da população dedica-se a agricultura, enquanto outra parte busca o seu sustento



na pesca e ainda há os que trabalham nas várias “farmas” que existem no distrito de Moamba.

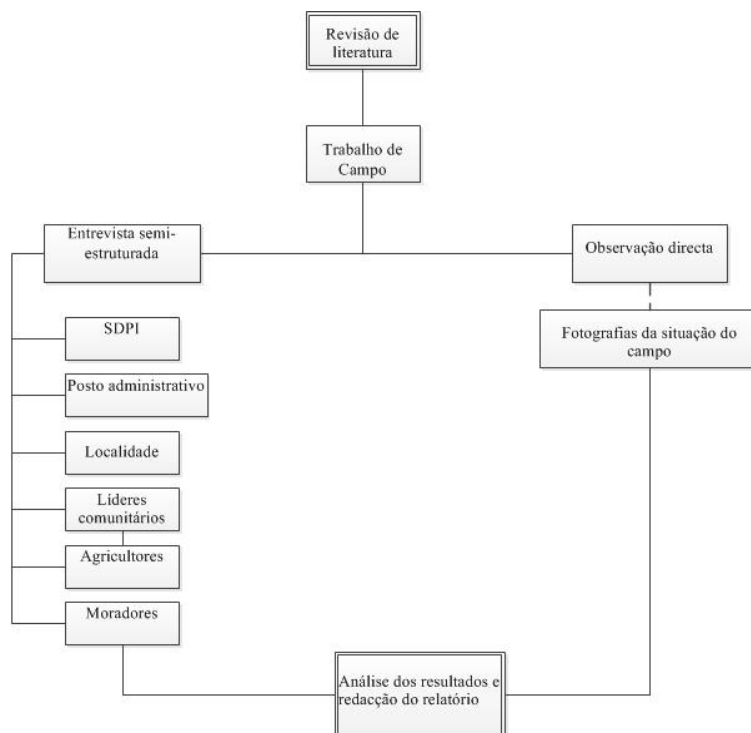
### **3.3.2. Rede de Transporte**

O povoado de Chavane é atravessada pela estrada Corumana – Sabié, que liga o povoado a sede do posto Administrativo de Sabié e a vila de Moamba, internamente o povoado dispõe de estradas de terra, que na época chuvosa são dificilmente transitáveis por conta do tipo de solo predominante (FDA, 2018). A ligação entre o povoado e outros pontos do distrito é feita a partir de transportes semi-coletivos privados.

## CAPÍTULO IV: METODOLOGIA

Para o presente estudo, adoptar-se-á Pesquisa Descritiva e Explicativa: A pesquisa será descritiva no sentido de caracterizar o processo de regularização fundiária e explicativa ao analisar como esse processo impacta a segurança de posse das terras. e seguirá uma Abordagem Mista (Qualitativa e Quantitativa): A combinação de abordagens qualitativas e quantitativas permitirá uma análise mais completa e robusta dos dados. E também porque, uma das particularidades deste método é o facto de possuir extrema importância na análise de realidades sociais e possibilitar ao pesquisador apreender a realidade social de forma mais efectiva (MICHEL, 2005).

**Figura 6 Fluxograma Metodológico**



Fonte: adaptado pelo autor

### 4.1. Etapas da realização do trabalho

Para o alcance dos objectivos propostos neste estudo, o trabalho compreenderá três etapas principais:

## **1ª Etapa**

Numa primeira fase será feita a **revisão bibliográfica** que antecede o trabalho de campo. Esta fase culminará com o levantamento da bibliografia específica à temática, procurando-se cruzar e sistematizar as abordagens dos diferentes autores, o que constituirá um dos pilares desta pesquisa. Procurar-se-á, também, clarificar os conceitos operativos básicos utilizados ao longo deste trabalho, com vista a obter-se o quadro teórico sobre questões relacionadas com os conflitos de terra.

Para tal recorrer-se-á à leitura exploratória de livros, artigos, teses e dissertações com relevância para o tema em análise. Também, serão consultados documentos, sobretudo a legislação que rege a questão da terra em Moçambique e os planos existentes, em matéria de planeamento territorial, assim como o Plano Distrital de Uso da Terra do distrito.

## **2ª Etapa**

Esta etapa diz respeito ao **trabalho de campo**, com recurso às entrevistas semi-estruturadas (vide anexo) ao Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estrutura (SDPI), entidade que superintende as actividades de Ordenamento Territorial ao nível do distrito, o Chefe do Posto Administrativo, Localidade, Líderes Comunitários, e um grupo de Agricultores do povoado de Chavane com base num guião previamente elaborado, com vista a obter-se informações sobre as formas de acesso à terra no povoado de Chavane; os principais actores envolvidos no processo de regularização massiva de terra no aumento de segurança de posse no povoado de Chavane; as estratégias comunitárias que visam melhorarem a segurança de posse de terras; e as percepções das famílias rurais do povoado de Chavane sobre o efeito da regularização de terra na garantia da segurança de posse de terra.

Para a composição dos grupos aos quais se irá entrevistar, será contactado o serviço distrital de planeamento e infra-estruturas do distrito, este por sua vez irá criar uma ligação com o

posto administrativo que por sua vez irá encaminhar para a localidade que por ser a estrutura administrativa mais próxima a comunidade irá criar ligação com os líderes comunitários, os agricultores e aos demais residentes do povoado. Importa referir que as entrevistas serão feitas, nalguns casos, em changana ou ronga, uma vez que estas são as línguas predominantemente faladas nos locais de estudo.

Para além das entrevistas, recorrer-se-á à observação directa para melhor compreender a realidade territorial, pois é fundamental a visita ao Povoado de Chavane, no distrito de Moamba, onde far-se-á uma deslocação a fim de observar “*in loco*” os problemas territoriais, para a recolha de imagens ilustrativas das afirmações que serão feitas ao longo do texto. o trabalho de campo será feito no período de quinze (15) dias, devendo nesse período, realizar-se as entrevistas aos órgãos do governos distrital e da comunidade, para além de identificar situações de conflito e recolher imagens e outros vestígios, que dêem suporte ao que for mencionado no texto.

### **População e Amostra**

- **População-alvo:** Moradores do povoado de Chavane, autoridades responsáveis pela regularização fundiária (como o SDPI), e técnicos envolvidos no processo.
- **Amostra:** A amostra será composta por aproximadamente 30-40 famílias beneficiárias da regularização, além de 7 líderes comunitários e representantes de entidades públicas e privadas envolvidas na regularização.

### **Métodos de Coleta de Dados**

A coleta de dados será feita por meio de métodos quantitativos e qualitativos, buscando capturar tanto a perspectiva dos moradores quanto dos técnicos envolvidos na implementação da regularização fundiária.

## Coleta de Dados Quantitativos

- **Questionários Estruturados:** Serão aplicados questionários aos moradores de Chavane para levantar dados sobre sua percepção de segurança de posse antes e depois da regularização. As perguntas poderão abordar questões como:
  - Se a regularização aumentou a confiança nas posses de terra.
  - Se houve redução de conflitos relacionados à posse.
  - A percepção sobre o processo de obtenção do título de posse.
  - O impacto da regularização no acesso a serviços públicos e melhorias em infraestruturas.
- **Análise Estatística:** Os dados quantitativos serão analisados utilizando técnicas estatísticas descritivas (como médias, frequências e porcentagens) para identificar padrões e correlações.

## Coleta de Dados Qualitativos

- **Entrevistas Semiestruturadas:** Serão realizadas entrevistas com líderes comunitários, técnicos SDPI, e outros atores chave envolvidos no processo. As entrevistas buscarão entender:
  - A percepção dos moradores sobre os benefícios e desafios da regularização.
  - O impacto da regularização na resolução de conflitos fundiários e na estabilidade das posses.
  - Como as autoridades locais têm apoiado o processo e qual é a avaliação da comunidade sobre esse apoio.
- **Grupos Focais:** Serão realizados grupos focais com um número representativo de moradores (cerca de 6-8 pessoas por grupo) para discutir suas experiências com a regularização e os efeitos sobre a segurança de posse.

- **Observação Participante:** Durante o processo de coleta de dados, será feita uma observação participante no terreno para entender como a regularização impacta a vida cotidiana dos moradores e o uso das terras.

### **Análise Documental**

- **Documentos de Regularização Fundiária:** Serão analisados documentos oficiais, como títulos de posse, relatórios do SDPI e DNT, planos de ordenamento territorial e dados sobre o processo de regularização no distrito. Essa análise ajudará a contextualizar o processo e a identificar quaisquer desafios ou lacunas na implementação da regularização.

### **Indicadores de Segurança de Posse**

Para medir a segurança de posse, serão utilizados os seguintes indicadores:

- **Registro de Títulos de Posse:** Número de títulos emitidos no povoado de Chavane antes e depois da regularização.
- **Conflitos Fundiários:** Frequência de conflitos relacionados à posse de terra antes e depois da regularização.
- **Percepção de Segurança:** Grau de confiança dos moradores na estabilidade das suas posses de terra (avaliado por meio de entrevistas e questionários).
- **Acesso a Recursos e Serviços:** Melhoria no acesso a crédito, serviços públicos e infraestrutura após a regularização das terras.

Terceira etapa: Esta etapa envolverá análise dos resultados e as considerações finais da pesquisa em torno da informação recolhida.

Os dados qualitativos recolhidos através de entrevistas semi-estruturadas serão analisados com base no método de análise de conteúdo, e segundo a metodologia de Bardin (1977, p. 42) define Análise de Conteúdo como

*“[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.”*

Nesta perspectiva, a análise de conteúdo é um método para analisar os dados de uma pesquisa qualitativa, ou seja, é o método para analisar dados que descrevem e ilustram a realidade, mas que não podem ser quantificados. Assim sendo, as informações colhidas no âmbito da segunda etapa, serão organizadas, e transcritas, seguido disso, as informações colhidas serão analisadas de modo a entender a percepção da comunidade assim como das autoridades governamentais e locais a cerca do contributo da regularização massiva de terra no reforço da segurança de posse de terra.

### **Análise de Dados**

- **Análise Quantitativa:** Os dados dos questionários serão analisados utilizando software estatístico como SPSS ou Excel para calcular médias, distribuições e identificar padrões. A análise pode incluir a comparação da segurança de posse antes e depois da regularização.
- **Análise Qualitativa:** As entrevistas e grupos focais serão transcritos e analisados através de categorização temática utilizando softwares de análise qualitativa (por exemplo, NVivo ou Atlas.ti). A análise qualitativa permitirá identificar temas recorrentes sobre a percepção de segurança de posse, como os efeitos psicológicos da regularização ou os desafios práticos enfrentados pelos moradores.

## **CAPÍTULO V: CRONOGRAMA DE ACTIVIDADES E RECURSOS**

Esta secção diz respeito ao plano de trabalho e aos recursos necessários para a recolha de dados.

### **5.1. Cronograma de actividades**

Tabela 1. As actividades por realizar

	<b>2024</b>	
--	-------------	--



	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<b>Actividades necessárias</b>								
Conclusão e submissão do Projecto	■							
Revisão Bibliográfica		■	■					
Trabalho de campo				■				
Análise e interpretação dos dados					■			
Elaboração da versão final						■	■	
Redacção e entrega do trabalho								■

## 5.2. Recursos

Tabela 2. Orçamento

Recursos	Unid.	Preço (Mt)	Total (Mt)
<b>Guias de campo</b>	1*15 dias	500	7,500.00
<b>Máquina fotográfica</b>	1	15,000.00	15,000.00
<b>Computador</b>	1	40,000.00	40,000.00
<b>Gravador</b>	1	5,000.00	5,000.00
<b>Bloco de notas</b>	2	120.00	240.00

<b>Canetas</b>	10	10.00	100.00
<b>Comunicação (recarga de celular)</b>	3	500.00	1,500.00
<b>Transporte</b>	15 dias	250	3,750.00
<b>Refeições</b>	2*15 dias	800.00	24,000.00
<b>Impressão do relatório</b>	4	500	2,000.00
<b>Sub-total</b>			<b>99,090.00</b>
<b>Contingência (10% do sub-total)</b>			9,909.00
<b>TOTAL</b>			<b>108,999.00</b>

NB: O 10 % é referente ao imprevisto (contingência)

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFREDO, B. (2009). *Alguns Aspectos do Regime Jurídico da Posse do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e os Conflitos Emergentes em Moçambique*. Dissertação (Doutoramento em Direito). Universidade de África de Sul (UNISA).

BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo* Lisboa: Edições 70, 1977.

CAPAINA, N. (2021) *Processos Administrativos e Práticas na Titulação da Terra em Moçambique: o caso dos Municípios de Maputo e Matola*. Observatório do Meio Rural, nº 116, Junho.

DNTF (2011). IV Conferência de Maneio Comunitário de Recursos Naturais. Beira, 2011.

FDA (FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO) (2018). *Projecto de Reabilitação do Bloco do Regadio da Moamba*. Projectos e Estudos Ambientais. Província de Maputo.

FRANCISCO, A. (2012). “*Moçambique e a Explosão Demográfica: Somos Muitos? Somos Poucos?*” in *IESE*, pp.1-7.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2019). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017*. Resultados Definitivos: Maputo Província, INE. 2019.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010). *III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007*. Resultados Definitivos: Maputo Província, INE.

MAGALHÃES, F. A. L. de (2012) *Delimitação de Terras Comunitárias (DTC). Sua contribuição na segurança de posse de Terras e no rendimento agrícola “per capita” das famílias rurais em Nicoadala – Zambézia*. Universidade Eduardo Mondlane: Mestre em Desenvolvimento Rural.

MANDAMULE, U. (2016). *Os Conflitos Sobre a Ocupação da Terra em Moçambique*.

OMR (Observatório do Meio Rural). Moçambique.

MAE (MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL). (2014). *Perfil do Distrito de Moamba*. Província de Maputo. Disponível em <http://www.portaldogoverno.gov.mz>.

MAIELA, A. A. (2013). *Turismo: Factor de Desenvolvimento Social-estudo multi-caso (Pemba - Moçambique)*. Universidade Católica de Moçambique. Trabalho de Mestrado. Pemba. 103 Pp.

MICHEL, M. H. (2005). *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais*. Maria Helena Michel. Atlas, São Paulo.

NEGRÃO, J. (1998). *Terra e Desenvolvimento Rural em Moçambique*. Maputo.

NEGRÃO, J. & ORAM (1999) The Mozambican Land Campaign, 1997-99, Paper for the Workshop on The Associative Movement, Maputo, 1999.

ORAM (2012) Delimitação de terras comunitárias. Uma experiência por acatar. Documento apresentado no seminário provincial sobre “Comunidades e a segurança de Terras”. Zambézia.

PAIVA, J. P. L. (2014) *Regularização Fundiária de Interesse Social*. São Paulo: Instituto de Registro Imobiliário do Brasil.

Quadro Legal, edição I, (2007) *Para o Reconhecimento e a Obtenção de Direitos de Terra em Áreas Rurais em Moçambique*, S/L.

REIS, E. V. B. & OLIVEIRA, M. L. de (2017). *A regularização fundiária urbana e rural: necessidade de marcos teóricos e de políticas públicas distintas*. Rev. Brasil, Políticas Públicas (Online) Brasília, v. 7, nº 2.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. (2004). “*Lei nº 19/97 de 1 de Outubro*” in *Legislação de Terras*, pp. 9-20.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Regulamento de lei de Terras* Decreto nº- 66/98 de 8 de Dezembro.

Rogério. R. A. (2016) *Desenvolvimento local- um caminho para a sociedade providencia*. Rio de Janeiro.

SIMANGO, A. F. (2018) *Impactos da Segurança de Posse de Terra na Produtividade dos Pequenos Agricultores em Moçambique*. Universidade Eduardo Mondlane: Mestrado em Economia Agraria.

TANNER, C. (2011). Mozambique. *Decentralised Land Governance: Case Studies and Local Voices from Botswana, Madagascar and Mozambique*. R. Pointer. Cape Town, Programme for Land and Agrarian Studies, University of the Western Cape.

ZANDAMELA, A. F. (2015). *Análise das causas dos conflitos de terra nas Zonas de Tchumene I e II e a intervenção do Conselho Municipal da Matola (2010-2014)*. Monografia (Licenciatura em Administração Pública). Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Maputo.

# ANEXOS

**Anexo 1:** Guião de entrevista ao Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas

**Anexo 2:** Guião de entrevista para Agricultores do Povoado de Chavane

**Anexo 3:** Guião de entrevista para as lideranças do povoado de Chavane



**GUIÃO DE ENTREVISTA PARA O SERVIÇOS DISTRITAIS DE PLANEMANETO  
E INFRAESTRUTURAS (SDPI)**

**Repartição de Ordenamento Territorial e Urbanização**

Nome do Entrevistador: _____
Cargo do entrevistado(a): _____
Local da Entrevista: _____
Data da Entrevista: ____/____/ 2024

- Qual é o mecanismo de acesso ao espaço no distrito?
- Quais as principais dificuldades que o distrito enfrenta no combate à conflitos de Terra?
- Quais são os principais actores envolvidos e sua função no processo de regularização massiva de terra?
- Tem havido conflitos de Terra no povoado de Chavane no Posto Administrativo de Sábiè?
- Quais são os factores que geram conflitos de terras no povoado de Chavane?
- Acha que a Lei de terras ajuda as comunidades rurais?
- Quais tem sido as formas usadas pelas Autoridades Comunitárias do Povoado de Chavane na resolução de conflitos de terra?

- Quais são os instrumentos de planeamento territorial existentes? E que apreciação faz da aplicabilidade destes instrumentos?
- Qual tem sido o nível de coordenação entre os postos administrativos do distrito, e o Povoado de Chavane na resolução de conflitos de terra?





## GUIÃO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTORES DO POVOADO DE CHAVANE

Nome do Entrevistador: _____
Cargo do entrevistado(a): _____
Local da Entrevista: _____
Data da Entrevista: ____/____/ 2024

- Como teve acesso a Terra?
- Acha que alguém pode aparecer a lhe retirar a sua Terra?
- Após adquirir a Terra, efectuou algum investimento nesta Terra?
- Qual é a importância da regularização da terra para a comunidade?
- Quais os principais actores envolvidos no processo de regularização massiva de terra no aumento de segurança de posse no povoado de Chavane?
- Existem estratégias comunitárias para melhorar a segurança de posse de terras? Se sim, quais são?
- Quais são as percepções que têm sobre o efeito da regularização de terra na garantia da segurança de posse de terra?



## GUIÃO DE ENTREVISTA PARA AS LIDERANÇAS DO POVOADO DE CHAVANE

Nome do Entrevistador: _____
Cargo do entrevistado(a): _____
Local da Entrevista: _____
Data da Entrevista: ____/____/ 2024

- Com que frequência são registados conflitos a nível do povoado de Chavane?
- Como é que é feita a resolução de conflitos de terra a nível do povoado de Chavane?
- Quem são as pessoas que mais reportam conflitos?
- Quais os tipos de conflitos mais registados?
- Quais são as percepções que têm sobre o efeito da regularização de terra na garantia da segurança de posse de terra?
- Existem estratégias comunitárias para melhorar a segurança de posse de terras? Se sim, quais são?